



BANCO CENTRAL DO BRASIL
Concurso Público para provimento de cargo de
Analista
Área 4

Caderno de Prova, Cargo Area 4, Tipo 003
000000000000000000
00001-001-048

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova devolva este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Janeiro/2006

030202

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Em Novembro de 2004, o Banco XXX concedeu um empréstimo por um prazo de 6 meses, a uma taxa prefixada de 25% ao ano. Supondo que neste período não houve aumento da taxa básica de juros e o cliente não passou por dificuldades financeiras, este empréstimo deveria estar registrado no Balanço Patrimonial de 31/12/2004
- (A) pela marcação a mercado.
 (B) pelo custo histórico.
 (C) pelo valor presente.
 (D) pelo valor de face.
 (E) pelo valor do principal corrigido.
-
2. A escrituração contábil e a elaboração de Demonstrativos Financeiros de Instituições Financeiras devem observar os princípios fundamentais da contabilidade. Com base nestes princípios, o reconhecimento da despesa de juros de um CDB emitido (depósito a prazo) deve se dar
- (A) ao longo da duração do CDB, sendo apropriado período a período.
 (B) somente no vencimento do CDB.
 (C) somente no momento da emissão do CDB.
 (D) somente no momento do vencimento do CDB.
 (E) parte na emissão do CDB e parte no vencimento, de acordo com o nível de conservadorismo da administração do banco.
-
3. No que diz respeito a contas e grupo de contas apresentadas no COSIF, plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional, são contas APENAS do PASSIVO:
- (A) Operações de Crédito; Obrigações por Operações Compromissadas; Obrigações por Empréstimos e repasses; Provisão para Passivos Contingentes.
 (B) Obrigações por Operações Compromissadas; Obrigações por Empréstimos e repasses; Outras Obrigações; Depósitos.
 (C) Depósitos; Aplicações Interfinanceiras de Liquidez; Outras Obrigações; Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses.
 (D) Depósitos; Obrigações por Operações Compromissadas; Obrigações por Empréstimos e repasses; Despesa Antecipada.
 (E) Obrigações por Obrigações Compromissadas; Disponibilidades; Outras Obrigações; Depósitos.
-
4. No momento em que um banco concede empréstimo a um cliente, os grupos de contas dos seus demonstrativos financeiros terão os seguintes impactos:
- (A) diminuição do Passivo e aumento do Patrimônio Líquido.
 (B) diminuição do Passivo e diminuição do Ativo.
 (C) aumento do Ativo e aumento do Patrimônio Líquido (via resultado).
 (D) aumento do Ativo e aumento do Passivo.
 (E) aumento da Receita e diminuição de Despesas, porém o resultado é positivo.
-
5. O Banco BXY adquiriu em 30/10/2005 um BBC (Bônus do Banco Central) tendo a expectativa de negociá-lo no mercado. De acordo com a Circular 3068 (Banco Central-nov/2001), no balanço do encerramento de 31/12/2005, se o banco ainda mantiver esse título na sua carteira, ele deverá avaliá-lo pelo seguinte critério:
- (A) pelo valor ajustado pela correção monetária do período.
 (B) ajustado pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa.
 (C) pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais devem impactar a receita do período.
 (D) ajustado pela diferença entre o valor do principal corrigido pelo DI e este valor corrigido pelo IPCA, ou seja, pela correção do juro real.
 (E) pelo respectivos custos de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais devem impactar a despesa do período.
-
6. Em Setembro de 2005, o Banco XXX emitiu um CDB por um prazo de 6 meses, a uma taxa pós fixada de IPCA + 7% a.a.. No Balanço Patrimonial de 31/12/2005, o valor contábil deste título deveria estar registrado
- (A) pela marcação a mercado.
 (B) pelo valor de face.
 (C) pelo valor presente.
 (D) pelo custo histórico.
 (E) pelo valor do principal corrigido.
-
7. No momento em que há um aumento do nível de depósito compulsório que um banco mantém no Banco Central, o seu balanço patrimonial sofrerá as seguintes mudanças:
- (A) aumento do Passivo e diminuição do Patrimônio Líquido.
 (B) aumento de uma conta do Passivo e diminuição de outra conta do Passivo, sendo que o valor do Passivo Total fica inalterado.
 (C) aumento de uma conta do Ativo e diminuição de outra conta do Ativo, ficando o valor do Ativo Total inalterado.
 (D) aumento do Ativo e aumento do Passivo.
 (E) diminuição do Ativo e diminuição do Passivo.
-
8. No momento em que um banco rebaixa a classificação de crédito de um empréstimo concedido de B para C (dentro da escala do Banco Central de AA – H), os grupos contábeis dos seus demonstrativos financeiros terão os seguintes impactos:
- (A) diminuição do Ativo e aumento do Passivo.
 (B) diminuição da Receita e aumento de Despesas, porém o resultado é negativo.
 (C) aumento do Passivo e diminuição do Ativo.
 (D) diminuição do Ativo e diminuição do Patrimônio Líquido (via resultado).
 (E) aumento do Passivo e diminuição do Patrimônio Líquido (via resultado).

<p>9. Os instrumentos de derivativos devem ser classificados na categoria de <i>hedge</i> de risco de mercado quando a razão desta operação for apenas de</p> <p>(A) diversificar a carteira do banco e com isso minimizar o risco esperado.</p> <p>(B) maximizar os ganhos com a especulação financeira.</p> <p>(C) minimizar as perdas em relação às variações do valor de mercado do item objeto de <i>hedge</i>.</p> <p>(D) maximizar os ganhos em relação às variações do valor de mercado do item objeto de <i>hedge</i>.</p> <p>(E) compensar total ou parcialmente as variações do valor de mercado do item objeto de <i>hedge</i>.</p>	<p>12. São sociedades que estão legitimadas para o processo de recuperação judicial de que trata a Lei nº 11.101/05:</p> <p>(A) Instituições financeiras e sociedades limitada exploradoras de atividade industrial.</p> <p>(B) Cooperativas de crédito e companhias seguradoras.</p> <p>(C) Sociedades de economia mista e companhias concessionárias de serviço público.</p> <p>(D) Companhias prestadoras de serviços médico-hospitalares e companhias privadas exploradoras dos serviços de telecomunicações.</p> <p>(E) Sociedades de arrendamento mercantil e operadoras de planos privados de assistência à saúde.</p>
<p>10. A circular 3068 do BACEN permitiu que os títulos mantidos para negociação ou disponíveis para venda sejam ajustados a valor do mercado, computando-se tanto a valorização como a desvalorização. Sobre os princípios contábeis, é correto afirmar:</p> <p>(A) Esse procedimento fere o princípio de conservadorismo quando o valor do mercado supera o custo e deve-se aumentar o valor de um título para valor de mercado, pois o ativo deve ser avaliado pelo menor valor entre o custo e o valor de mercado.</p> <p>(B) Esse procedimento está de acordo com o conservadorismo, pois nesse caso a empresa estará sempre efetuando uma provisão para ajuste ao valor de mercado.</p> <p>(C) Esse procedimento fere o princípio de conservadorismo quando o valor do mercado é inferior ao custo e deve-se reduzir o valor do título para o valor de mercado, pois o ativo deve ser avaliado pelo maior valor de realização.</p> <p>(D) Esse procedimento está de acordo com o princípio do conservadorismo, pois sempre reduzirá o resultado da empresa no período da atualização.</p> <p>(E) Esse procedimento não tem relação com o princípio de conservadorismo, pois esse princípio se refere à avaliação dos passivos pelo maior valor de exigibilidade.</p>	<p>13. A exclusão do sócio minoritário da sociedade limitada, em razão da infração dos deveres inerentes à condição de sócio,</p> <p>(A) pode ser deliberada pelos demais sócios, apenas na hipótese de não integralização das quotas subscritas pelo sócio excluído.</p> <p>(B) depende de prévia decisão judicial, em ação que deve ser ajuizada por todos os demais sócios da sociedade e na qual seja demonstrada a prática de atos de inegável gravidade e que possam colocar em risco a continuidade da empresa.</p> <p>(C) depende de prévia decisão judicial, em ação que deve ser ajuizada em nome da sociedade, após autorização de sócios que representem, pelo menos, 3/4 do capital do social, se menor quorum não for estabelecido no contrato social.</p> <p>(D) pode ser deliberada extrajudicialmente, desde que seja prevista tal possibilidade no contrato social, haja aprovação de sócios representando mais da metade do capital social e seja dada oportunidade ao sócio excluído para apresentar sua defesa na reunião ou assembléia de quotistas convocada para esse fim.</p> <p>(E) pode ser deliberada extrajudicialmente, em assembléia de quotistas convocada especificamente para tal fim, mediante aprovação de sócios representando pelos menos 3/4 dos quotistas presentes à assembléia.</p>
<p>11. Compete privativamente à assembléia geral da sociedade anônima</p> <p>(A) fixar a orientação geral dos negócios da companhia e fiscalizar a gestão dos diretores.</p> <p>(B) reformar o estatuto social da companhia e deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social.</p> <p>(C) eleger os membros do conselho de administração e da diretoria.</p> <p>(D) deliberar sobre a alienação de bens imóveis e a constituição de ônus reais sobre os bens de propriedade da companhia.</p> <p>(E) escolher os auditores independentes da companhia e eleger os membros do conselho fiscal.</p>	<p>14. NÃO estão sujeitos aos efeitos do plano de recuperação judicial os créditos</p> <p>(A) decorrentes de fornecimento de matéria-prima ainda não vencidos na data do deferimento do processamento do pedido de recuperação.</p> <p>(B) trabalhistas e os créditos relativos a operações garantidas por alienação fiduciária de bens móveis ou imóveis.</p> <p>(C) titularizados pelo arrendador mercantil e pelo promitente vendedor de bem imóvel cujo contrato contenha cláusula de irrevogabilidade.</p> <p>(D) garantidos por hipoteca, assim como os fiscais e trabalhistas.</p> <p>(E) relativos a operações de empréstimos bancários realizados nos 15 dias anteriores ao ajuizamento do pedido de recuperação.</p>

<p>15. Caio efetuou a venda de determinadas mercadorias para Tício. Em seguida, sem consultar Tício, efetuou o saque de uma duplicata no valor total da venda e procedeu ao seu desconto junto a uma instituição financeira. A duplicata foi endossada para uma determinada instituição financeira devidamente acompanhada do respectivo comprovante de entrega de mercadoria. Na data do vencimento, a instituição financeira efetuou a cobrança da duplicata junto a Tício, que, por sua vez, se recusou a efetuar o pagamento, sob o argumento de que as mercadorias adquiridas, que ainda se encontram em seu poder, apresentaram vícios que lhe reduzem o valor. Nesse caso, a recusa de Tício em efetuar o pagamento é</p> <p>(A) ilegítima, uma vez que os defeitos deveriam estar comprovados em ação judicial movida por Tício contra Caio.</p> <p>(B) legítima, porque a duplicata é título causal e o negócio que lhe deu origem encontra-se viciado.</p> <p>(C) legítima, porque ele não autorizou previamente a emissão e subsequente endosso da duplicata.</p> <p>(D) legítima, porque a instituição financeira deveria, em primeiro lugar, exigir o pagamento do seu cliente Caio.</p> <p>(E) ilegítima, em razão da autonomia das obrigações cambiais.</p>	<p>18. O contrato social da ABC Serviços Ltda. prevê que a sociedade será obrigatoriamente representada por dois de seus administradores para emissão e endosso de cheques em valor superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e estabelece que, nas suas omissões, serão aplicáveis as disposições relativas às sociedades simples. Caio, administrador da sociedade, endossa a Hipócrates um cheque no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para isso falsificando a assinatura de Tício, outro administrador. Hipócrates, ciente da irregularidade do endosso, o deposita em sua conta corrente. O banco sacado paga o cheque normalmente, mas os sócios da ABC Serviços Ltda. descobrem o ocorrido. Nessa situação, o sacado</p> <p>(A) teria obrigação de conferir a regularidade do endosso e a ABC Serviços Ltda. pode exigir do sacado, de Caio e de Hipócrates, solidariamente, a devolução do dinheiro.</p> <p>(B) agiu corretamente e a ABC Serviços Ltda. pode exigir de Hipócrates a devolução do dinheiro.</p> <p>(C) agiu corretamente e a ABC Serviços Ltda. pode exigir de Caio a devolução do dinheiro, mas não de Hipócrates.</p> <p>(D) teria obrigação de conferir a regularidade do endosso e a ABC Serviços Ltda. pode exigir do sacado, apenas, a devolução do dinheiro.</p> <p>(E) apenas teria obrigação de conferir a regularidade do endosso se tivesse ciência do contrato social da ABC Serviços Ltda., hipótese em que esta sociedade poderia exigir do sacado a devolução do dinheiro.</p>
<p>16. O direito de recesso na sociedade anônima é conferido ao acionista dissidente da assembléia geral que aprovar a</p> <p>(A) redução de dividendo obrigatório.</p> <p>(B) criação de partes beneficiárias.</p> <p>(C) dissolução da companhia.</p> <p>(D) incorporação pela companhia de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada de idêntico objeto social.</p> <p>(E) cisão da companhia com versão do patrimônio para outra sociedade, ainda que esta tenha o mesmo objeto social da sociedade cindida.</p>	<p>19. Nas hipóteses de decretação de regime de administração especial temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial de instituição financeira, o seu acionista controlador responde</p> <p>(A) subsidiariamente aos ex-administradores da instituição, pelas obrigações por esta assumidas, apenas nos casos em que restar comprovado que praticou atos contrários à lei ou ao estatuto, observando-se como limite o montante do passivo a descoberto da instituição.</p> <p>(B) solidariamente com os ex-administradores da instituição, pelas obrigações por esta assumidas, independentemente de comprovação de culpa, observando-se como limite o montante do passivo a descoberto da instituição.</p> <p>(C) solidariamente com os ex-administradores da instituição, pelas obrigações por esta assumidas, apenas nos casos em que restar comprovado que praticou atos contrários à lei ou ao estatuto, observando-se como limite o valor total das suas ações.</p> <p>(D) subsidiariamente com os ex-administradores da instituição, pelas obrigações por esta assumidas, apenas nos casos em que restar comprovado que praticou atos contrários à lei ou ao estatuto, observando-se como limite o do valor total das suas ações.</p> <p>(E) subsidiariamente aos ex-administradores da instituição, pelas obrigações por esta assumidas, independentemente de comprovação de culpa, observando-se como limite o valor total das suas ações.</p>
<p>17. Em uma determinada sociedade limitada, X, o capital social está dividido entre duas pessoas jurídicas, A e B, na proporção de 70% e 30%, respectivamente. O contrato social dessa sociedade é omissivo em relação a quem exercerá a sua administração e qual é o diploma legal que lhe deve ser aplicado em caráter supletivo. A sócia A, por sua vez, também apresenta em seu quadro societário apenas pessoas jurídicas. Já a sócia B tem como sócio controlador e gerente uma pessoa física. Nesse caso, enquanto não houver a designação do administrador,</p> <p>(A) a sociedade X não poderá contrair obrigações perante terceiros, até que seja regularizado o seu contrato social perante a junta comercial.</p> <p>(B) a administração da sociedade X caberá à sócia A, tendo em vista que ela detém a maioria do seu capital social.</p> <p>(C) tanto a sócia A, como a sócia B, poderão representar e obrigar a sociedade X perante terceiros, tendo em vista que a administração caberá separadamente a cada uma delas.</p> <p>(D) a sociedade X somente se obrigará perante terceiros por ato conjunto das sócias A e B, tendo em vista que a administração da sociedade deverá ser exercida pelas duas sócias até que haja a competente alteração do contrato social.</p> <p>(E) a administração da sociedade X será exercida exclusivamente pelo gerente da sócia B, tendo em vista que a administração de uma sociedade limitada não pode ser exercida por uma pessoa jurídica.</p>	

<p>20. As deliberações dos sócios de sociedades limitadas</p> <p>(A) podem assumir as formas de assembléia ou de reunião de sócios, a depender exclusivamente do número de sócios da sociedade e do disposto no contrato social.</p> <p>(B) cabem nas matérias expressamente definidas na lei, que também define os respectivos quóruns de deliberação, não podendo o contrato social dispor a respeito.</p> <p>(C) revestem-se de formalidades rígidas previstas na lei, as quais não podem ser alteradas pela vontade dos sócios.</p> <p>(D) regem-se subsidiariamente pelas disposições aplicáveis às sociedades anônimas, independentemente do que dispuser o contrato social.</p> <p>(E) podem assumir as formas de reunião de sócios nos casos de sociedades de pequeno porte, assim definidas as que possuírem faturamento inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) no exercício anterior.</p>	<p>25. Para efeitos penais, considera-se funcionário público quem exerce</p> <p>(A) cargo ou função pública, mas não emprego público transitório.</p> <p>(B) cargo ou emprego público, mas não função pública transitória.</p> <p>(C) cargo, emprego ou função pública, ainda que sem remuneração.</p> <p>(D) emprego ou função pública, mas não cargo público remunerado.</p> <p>(E) cargo, emprego ou função pública, desde que remunerados.</p>
<p>21. Adotada a teoria finalista, é possível afirmar que o dolo e a culpa integram a</p> <p>(A) tipicidade.</p> <p>(B) tipicidade e culpabilidade, respectivamente.</p> <p>(C) culpabilidade.</p> <p>(D) antijuridicidade.</p> <p>(E) culpabilidade e tipicidade, respectivamente.</p>	<p>26. Aquele que, sem praticar ato executório, concorre, de qualquer modo, para a realização do crime, por ele responderá na condição de</p> <p>(A) autor.</p> <p>(B) co-autor.</p> <p>(C) partícipe.</p> <p>(D) autor mediato.</p> <p>(E) co-autor moral.</p>
<p>22. As regras da irretroatividade e da taxatividade das normas penais incriminadoras decorrem do princípio da</p> <p>(A) subsidiariedade.</p> <p>(B) culpabilidade.</p> <p>(C) proporcionalidade.</p> <p>(D) igualdade.</p> <p>(E) legalidade.</p>	<p>27. Nos crimes de ação penal pública condicionada, a representação do ofendido é</p> <p>(A) irretroatável após o recebimento da denúncia.</p> <p>(B) retratável até o trânsito em julgado da sentença condenatória.</p> <p>(C) irretroatável.</p> <p>(D) irretroatável após o oferecimento da denúncia.</p> <p>(E) retratável desde que haja concordância do réu.</p>
<p>23. A tentativa</p> <p>(A) dispensa o exaurimento da infração, necessário apenas para que se reconheça a consumação.</p> <p>(B) constitui causa geral de diminuição da pena, devendo o respectivo redutor corresponder à culpabilidade do agente.</p> <p>(C) é impunível nos casos de ineficácia absoluta do meio e de relativa impropriedade do objeto.</p> <p>(D) exige comportamento doloso do agente.</p> <p>(E) não prescinde da realização de atos de execução, ainda que se trate de contravenção penal.</p>	<p>28. No que concerne às causas de extinção da punibilidade, é correto afirmar que</p> <p>(A) a preempção constitui a perda do direito de representar ou de oferecer queixa, em razão do decurso do prazo para seu exercício.</p> <p>(B) a renúncia ao direito de queixa só pode ocorrer antes de iniciada a ação penal privada.</p> <p>(C) a chamada prescrição retroativa constitui modalidade de prescrição da pretensão executória.</p> <p>(D) cabe perdão do ofendido na ação penal pública condicionada.</p> <p>(E) o indulto deve ser concedido por lei.</p>
<p>24. O arrependimento posterior</p> <p>(A) permite, como circunstância atenuante, que se reduza a pena abaixo do mínimo legal.</p> <p>(B) permite, como causa geral de diminuição, que se reduza a pena abaixo do mínimo legal.</p> <p>(C) não permite, como circunstância atenuante, que se reduza a pena abaixo do mínimo legal.</p> <p>(D) exclui a tipicidade da conduta.</p> <p>(E) não permite, como causa geral de diminuição, que se reduza a pena abaixo do mínimo legal.</p>	<p>29. No tocante aos crimes contra o patrimônio, é correto afirmar que</p> <p>(A) no estelionato praticado em prejuízo de irmão a ação penal é privada.</p> <p>(B) a subtração de coisa comum não constitui crime.</p> <p>(C) é cabível o arrependimento posterior no crime de extorsão.</p> <p>(D) o dano culposos constitui infração de menor potencial ofensivo.</p> <p>(E) a apropriação indébita admite a figura privilegiada do delito.</p>

30. A quebra de sigilo bancário, fora das hipóteses autorizadas na Lei Complementar 105/01,
- (A) não constitui crime, sujeitando o responsável a sanções administrativas e civis.
 - (B) constitui crime e sujeita o responsável a pena de reclusão, sem prejuízo de outras sanções.
 - (C) constitui crime e sujeita o responsável a pena de detenção, excluída qualquer outra sanção.
 - (D) apenas sujeita o servidor público a responder pelos danos decorrentes.
 - (E) constitui contravenção apenada com prisão simples.

31. Uma variável aleatória X contínua tem a seguinte função densidade de probabilidade:

$$f(x) = \begin{cases} 0 & \text{se } x < 0 \\ ax + \frac{1}{3} & \text{se } 0 \leq x \leq 2 \\ 0 & \text{se } x > 2 \end{cases}$$

Sendo a uma constante, seu valor é igual a

- (A) 1
- (B) $\frac{2}{3}$
- (C) $\frac{1}{3}$
- (D) $\frac{1}{4}$
- (E) $\frac{1}{6}$

32. O número de automóveis modelo K vendidos diariamente em uma concessionária de veículos é uma variável aleatória discreta (X) com a seguinte distribuição de probabilidades:

X	0	1	2	3
P(x)	m	n	n	m

O preço unitário de venda do modelo K é de R\$ 20.000,00 e somente em 20% dos dias tem-se vendas superiores a duas unidades. Se num determinado dia a receita de vendas referente a este modelo for positiva, a probabilidade dela ser inferior a R\$ 60.000,00 é de

- (A) 90%
- (B) 87,5%
- (C) 80%
- (D) 75%
- (E) 60%

33. Em uma instituição bancária, o salário médio dos 100 empregados do sexo masculino é de R\$ 1.500,00, com desvio padrão de R\$ 100,00. O salário médio dos 150 empregados do sexo feminino é de R\$ 1.000,00, com desvio padrão de R\$ 200,00. A variância em (R\$)² dos dois grupos reunidos é de

- (A) 88.000,00
- (B) 62.500,00
- (C) 50.000,00
- (D) 28.000,00
- (E) 25.600,00

34. Uma pessoa poderá investir seu dinheiro em três setores (A, B e C) da economia. Sabe-se que a probabilidade de uma empresa apresentar lucro é de 0,70 sendo empresa do setor A; 0,80 sendo empresa do setor B e 0,90 sendo empresa do setor C. Tem-se ainda que nesta economia existem 750 empresas do setor A, 300 do setor B e 150 do setor C. Escolhendo aleatoriamente uma empresa pertencente a esses três setores e detectando-se que ela não apresenta lucro, a probabilidade dela pertencer ao setor A é de

- (A) 80%
- (B) 75%
- (C) 50%
- (D) 40%
- (E) 30%

35. Um investidor espera conseguir, com uma determinada aplicação no mercado financeiro, as seguintes taxas reais de juros em função dos cenários “Bom”, “Médio” e “Ruim”.

Cenário	Taxa Real de Juros (%)	Distribuição de Probabilidades do Cenário
Bom	+10	0,30
Médio	+ 8	0,50
Ruim	+ 5	0,20

A expectância e a variância da respectiva taxa real de juros são, respectivamente,

- (A) 7,5% e 0,09%
- (B) 7,5% e 0,67%
- (C) 8% e 0,03%
- (D) 8% e 0,64%
- (E) 8% e 0,67%

36. Uma amostra aleatória de 9 valores de salários extraída de uma população, considerada normal e de tamanho infinito, apresentou uma média igual a R\$ 800,00 com um desvio padrão igual a R\$ 120,00. Os registros históricos indicam que a média dos salários da população é igual a R\$ 740,00. Deseja-se testar a hipótese, ao nível de significância α , se o valor da média verificada na amostra difere do valor de R\$ 740,00. Seja H_0 a hipótese nula do teste ($\mu = 740$), H_1 a hipótese alternativa ($\mu \neq 740$) e $t_{\alpha/2} > 0$ o quantil da distribuição “t” de Student, no nível de significância α , para testes bicaudais com 8 graus de liberdade. Sabendo-se que H_0 foi rejeitada, tem-se que

- (A) a um nível de significância β , $\beta > \alpha$, H_0 não teria sido rejeitada.
- (B) o valor da variável do teste (t calculado) obtido através da amostra e necessário para comparação com $-t_{\alpha/2}$ e $t_{\alpha/2}$ é igual a 0,5.
- (C) para qualquer nível de significância H_0 seria rejeitada, pois $(800 - 740) \neq 0$.
- (D) $t_{\alpha/2} > 1,5$
- (E) $t_{\alpha/2} < 1,5$

37. Sejam X e Y duas variáveis aleatórias e

- I. $E(X)$ e $E(Y)$ as expectâncias de X e Y, respectivamente;
- II. $Var(X)$ e $Var(Y)$ as variâncias de X e Y, respectivamente;
- III. $Cov(X,Y)$ a covariância de X e Y.

Tem-se, em qualquer situação:

- (A) $E(X + Y) = E(X) + E(Y)$ somente no caso de X e Y serem independentes.
- (B) $Var(X) = E(X^2) + [E(X)]^2$
- (C) $E(XY) = Cov(X,Y) + E(X) \cdot E(Y)$
- (D) $E(2X + 3) = 2E(X)$
- (E) Se $Cov(X,Y) = 0$ então X e Y são independentes.

38. A distribuição dos valores dos aluguéis dos imóveis em uma certa localidade é bem representada por uma curva normal com desvio padrão populacional de R\$ 200,00. Por meio de uma amostra aleatória de 100 imóveis neste local, determinou-se um intervalo de confiança para a média destes valores, com um determinado nível de confiança, como sendo [R\$ 540,00 ; R\$ 660,00].

A mesma média amostral foi obtida com um outro tamanho de amostra, com o mesmo nível de confiança anterior, sendo o novo intervalo [R\$ 560,00; R\$ 640,00]. Nos dois casos considerou-se infinito o tamanho da população. O tamanho da amostra considerada no segundo caso foi de

- (A) 625
- (B) 400
- (C) 324
- (D) 256
- (E) 225

Instruções: Considere as informações a seguir para resolver as questões de números 39 e 40.

Uma empresa, com a finalidade de determinar a relação entre os gastos anuais em pesquisa e desenvolvimento (X), em milhares de reais, e o acréscimo anual nas vendas (Y), também em milhares de reais, optou por utilizar o modelo linear simples $Y_i = \alpha + \beta X_i + \varepsilon_i$, em que Y_i é o acréscimo nas vendas no ano i, X_i é o valor gasto em pesquisa e desenvolvimento no ano i e ε_i o erro aleatório com as respectivas hipóteses consideradas para a regressão linear simples (α e β são parâmetros desconhecidos). Considerou para o estudo as seguintes informações referentes às observações nos últimos 10 anos da empresa:

$$\sum_{i=1}^{10} Y_i = 160 \quad \sum_{i=1}^{10} X_i = 100 \quad \sum_{i=1}^{10} X_i Y_i = 1.900$$

$$\sum_{i=1}^{10} X_i^2 = 1.200 \quad \sum_{i=1}^{10} Y_i^2 = 3.060$$

39. Montando o quadro de análise de variância, tem-se que

- (A) a variação explicada, fonte de variação devido à regressão apresenta um valor igual a 500.
- (B) a variação residual apresenta um valor igual a 100.
- (C) o valor da estatística F necessária para o teste de existência da regressão é igual a 9.
- (D) o valor do correspondente coeficiente de determinação (R^2) é igual a 90%.
- (E) a variação total apresenta um valor igual a 550.

40. Utilizando a equação da reta obtida pelo método dos mínimos quadrados, obteve-se, para um determinado gasto em pesquisa e desenvolvimento, uma previsão de acréscimo nas vendas no valor de 19 mil reais. O valor que se considerou para o gasto em pesquisa e desenvolvimento, em mil reais, foi

- (A) 12,0
- (B) 12,4
- (C) 13,0
- (D) 13,75
- (E) 14,0

41. O cálculo do *Current Yield* (CY) de um bônus demonstra
- (A) a convexidade e a *duration* do título.
 - (B) o *yield to maturity* do título.
 - (C) a taxa interna de retorno do título.
 - (D) a rentabilidade do cupom em relação ao valor de face do título.
 - (E) o risco de variação do título para cada um ponto base.

42. Três Fundos de Investimento foram analisados segundo os parâmetros de rentabilidade e risco para um determinado período de tempo:

Fundo de Investimento A	Fundo de Investimento B	Fundo de Investimento C
Rentabilidade 18% a.p.	Rentabilidade 20% a.p.	Rentabilidade 23% a.p.
Risco 5 % a.p.	Risco 4% a.p.	Risco 11% a.p.

A taxa livre de risco no período em questão foi de 12%.

Os índices de Sharpe dos fundos analisados foram, respectivamente,

- (A) 1,6; 1,7; e 1,3.
 - (B) 1,6; 1,1; e 1,3.
 - (C) 1,4; 2,0; e 1,3.
 - (D) 1,3; 1,2 e 1,1.
 - (E) 1,2; 2,0 e 1,0.
43. A data de liquidação dos contratos de *swaps* é determinada
- (A) pelos membros de compensação.
 - (B) pelas bolsas de futuros.
 - (C) pelas contrapartes.
 - (D) pelas câmaras de compensação e custódia.
 - (E) pelo Banco Central.
44. Títulos de dívida, de médio e de longo prazo, ofertados publicamente por empresas não financeiras de capital aberto, são
- (A) as debêntures.
 - (B) os bônus de subscrição.
 - (C) as notas promissórias.
 - (D) as letras hipotecárias.
 - (E) as cédulas de crédito.
45. Dois títulos de renda fixa, A e B, apresentam a mesma duração e o mesmo retorno. O bônus B é mais convexo que o bônus A. Isto implica que, caso o retorno do mercado se altere,
- (A) o bônus A deve ser escolhido em caso de queda nas taxas de mercado.
 - (B) o bônus B apresentará sempre um preço mais elevado.
 - (C) o bônus A apresentará sempre um preço mais elevado.
 - (D) o bônus A deve ser escolhido em caso de alta nas taxas de mercado.
 - (E) o bônus B apresentará maior perda de capital em caso de alta nas taxas de mercado.

46. O VaR de uma carteira de renda fixa é uma medida que, dentro de suas limitações, dado um determinado nível de significância estatística, mede, em um determinado período de tempo,
- (A) a perda mínima.
 - (B) a rentabilidade máxima.
 - (C) a rentabilidade mínima.
 - (D) o resultado médio.
 - (E) a perda máxima.

47. Sendo a taxa de juros *spot* para o período de um ano estimada em 8 % e a de dois anos estimada em 9,5% a.a.; a taxa a termo entre o primeiro e o segundo ano pode ser calculada da seguinte forma:

(A) taxa a termo = $\left[\frac{(1 + 0,095)}{(1 + 0,080)^2} - 1 \right] \times 100$

(B) taxa a termo = $\left[\frac{(1 + 0,080)}{(1 + 0,095)} - 1 \right] \times 100$

(C) taxa a termo = $\left[\frac{(1 + 0,080)^2}{(1 + 0,095)} - 1 \right] \times 100$

(D) taxa a termo = $\left[\frac{(1 + 0,095)^2}{(1 + 0,080)} - 1 \right] \times 100$

(E) taxa a termo = $\left[\frac{(1 + 0,095)^2}{(1 + 0,080)^2} - 1 \right] \times 100$

48. Um investidor que acredita na queda das taxas de juros, visando maximizar seus ganhos, deve optar pela aquisição de

- (A) Letras do Tesouro Nacional.
- (B) Letras Financeiras do Tesouro.
- (C) Notas do Tesouro Nacional série-D.
- (D) Notas do Tesouro Nacional série-C.
- (E) Notas do Tesouro Nacional série-H.

49. As Notas Promissórias Comerciais, ou conhecidas no Brasil como *Commercial Papers*, são títulos de curto prazo, emitidos por

- (A) empresas não financeiras e Bancos Múltiplos, com garantia real, podendo ser garantidos por fiança bancária, e com data de vencimento em aberto.
- (B) Bancos Comerciais, sem garantia real, podendo ser garantidos por fiança bancária, com data de vencimento determinada.
- (C) Empresas não Financeiras, sem garantia real, podendo ser garantidos por fiança bancária e com data de vencimento determinada.
- (D) Bancos de Investimento, sem garantia real, podendo ser garantidos por fiança bancária, com data de vencimento determinada.
- (E) Companhias de Crédito Imobiliário, sem garantia real, podendo ser garantidos por fiança bancária, com data de vencimento em aberto.

50. De acordo com a teoria da preferência pela liquidez, os investidores percebem um menor risco em títulos

- (A) de propriedade.
- (B) de longo prazo.
- (C) privados.
- (D) públicos.
- (E) de curto prazo.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder as questões de números 51 a 60.

**The Greenspan Effect
To Fight Rising Prices, Fed Nominee May Need New
Weapons**

November 4, 2005
By LOUIS UCHITELLE

Early in his tenure as chairman of the Federal Reserve, Alan Greenspan declared that the risk of too much inflation was so considerable that he would "err more on the side of restrictiveness than of stimulus."

..... 51. At his very first meeting, in August 1987, Mr. Greenspan established his inflation-fighting credentials by pushing up short-term interest rates in response to only a modest rise in consumer prices, a move that contributed to the stock market crash just two months 52.

Ben S. Bernanke, who is expected to take over at the Fed in February, will almost certainly echo Mr. Greenspan's step, raising rates at his first meeting next year, in part to demonstrate his commitment, too, to 53. inflation under control. But for all the similarities of their actions upon taking office, Mr. Bernanke faces a fundamentally different set of circumstances than those that Mr. Greenspan confronted 18 years ago.

"Inflation is clearly not right around the corner like it used to be," said Edward M. Gramlich, until recently a Fed governor and now interim provost at the University of Michigan. "The relationships are different, and Mr. Bernanke is going to have to figure them out."

Perhaps the biggest differences are the rise of global production, as well as much easier access to capital, particularly from abroad. Adding to the change is labor's weaker bargaining power. These factors have combined to greatly diminish the force of old-style inflation in which demand outran supply, pushing prices ever higher, and wages, too, until the Fed put the brakes on the economy.

Instead, a new style of inflation has emerged as one of the principal threats to the economy. It is evident in the stock

market bubble of the late 1990's and in surging home prices in this decade. This asset price spiral, as it is called, has proved much more resistant to the Fed's standard interest rate tool than traditional inflation.

Mr. Bernanke, for his part, is known as an advocate of inflation targeting, a technique for adjusting interest rates with the aim of keeping traditional inflationary pressures within a limited range. He has also asserted, like Mr. Greenspan, that he does not intend to use interest rates prematurely to puncture an asset bubble. But he has signaled a readiness to use a different set of tools to fight the new inflation, 60.

(Adapted from The New York Times)

51. A frase que preenche corretamente a lacuna é

- (A) And he meant it.
- (B) He had better keep quiet about it.
- (C) Easier said than done.
- (D) A stitch in time saves nine.
- (E) Penny wise, pound foolish.

52. A palavra que preenche corretamente a lacuna é

- (A) after.
- (B) later.
- (C) sooner.
- (D) earlier.
- (E) before.

53. A palavra que preenche corretamente a lacuna é

- (A) staying.
- (B) leaving.
- (C) keeping.
- (D) making.
- (E) letting.

54. No título do texto, o verbo *may* indica

- (A) incapacidade.
- (B) obrigatoriedade.
- (C) improbabilidade.
- (D) possibilidade.
- (E) certeza.

<p>55. In the text, <i>pushing up</i> (2nd paragraph) means</p> <p>(A) extinguishing. (B) dropping. (C) controlling. (D) sustaining. (E) increasing.</p>	
<p>56. In the text, <i>But for</i> may be replaced by</p> <p>(A) However. (B) Therefore. (C) In spite of. (D) Because of. (E) Except for.</p>	
<p>57. De acordo com o texto,</p> <p>(A) Bernanke parece estar apenas parcialmente comprometido com o controle da inflação. (B) apesar de passados 18 anos, as condições econômicas pouco mudaram nos Estados Unidos. (C) Greenspan cometeu muitos erros no início de seu mandato. (D) Greenspan teve responsabilidade na quebra da bolsa que ocorreu logo que tomou posse. (E) é bem provável que Bernanke adote uma política radicalmente oposta à de Greenspan.</p>	
<p>58. De acordo com o texto, na inflação tradicional</p> <p>(A) a produção é afetada pela falta de mão-de-obra. (B) o trabalhador tem força de negociação. (C) a demanda é menor do que a oferta. (D) há uma boa oferta de capital. (E) não há relação entre preços e salários.</p>	
<p>59. In the text, <i>until the Fed put the brakes on the economy</i> means that the Fed</p> <p>(A) controlled real-estate prices. (B) inflated the stock market bubble. (C) attracted more capital from abroad. (D) prohibited foreign capital investments. (E) raised interest rates.</p>	
<p>60. Um fecho adequado para o texto seria</p> <p>(A) and in this he departs from Mr. Greenspan. (B) as there is hardly any inflation to fight now. (C) so that price increases will push wages higher too. (D) as it is clear that the way to combat inflation is to raise interest rates. (E) because higher interest rates step-up demand.</p>	